

## ALIANÇA E RESISTÊNCIA NO SERTÃO DA BAHIA: O ENVOLVIMENTO DOS PAYAYÁ NA GUERRA DOS BÁRBAROS (1651-1673)

Sólon Natalício Araújo dos Santos\*

**Resumo:** *Este trabalho visa estudar o envolvimento particular dos payayá na “Guerra do Bárbaros” no Recôncavo (1651-1673), a partir de uma leitura dos discursos e representações que os agentes coloniais fizeram a respeito dessa etnia. A participação dos payayá nestes conflitos está registrada em cartas, regimentos e assentos da segunda metade do século XVII, os quais revelam as relações desses indígenas com os colonos, missionários, soldados, autoridades, e suas reações diante da expansão do projeto colonial.*

**Palavras-chave:** Payayá; Sertão; Projeto Colonial

Na segunda metade do século XVII, após a expulsão dos holandeses instalados no Nordeste, o projeto colonial da América portuguesa passou por um processo de interiorização, penetrando os sertões por meio da expansão da pecuária e pela busca de metais e pedras preciosas. Entretanto, esta ocupação do território teve como obstáculo os povos indígenas genericamente denominados de “tapuias”, que foram considerados pelos colonizadores como um verdadeiro “muro do demônio”.

Por conseguinte, o resultado do choque entre o movimento colonizador do interior e os resistentes povos habitantes do sertão foi “uma série heterogênea de conflitos”, que ficou conhecida como Guerra dos Bárbaros (PUNTONI, 2002, p. 13). Diante desse complexo quadro de combates e alianças, este trabalho busca estudar o envolvimento particular dos payayá na fase dos conflitos que ficou conhecida como “Guerras no Recôncavo” (1651-1673), a partir de uma leitura dos discursos e representações que os agentes coloniais fizeram a respeito dessa etnia.

As ações dos payayá e suas relações com os colonos, sesmeiros, missionários e autoridades coloniais estão registradas em diversas fontes documentais dos séculos XVII e XVIII, as quais revelam o quanto essa etnia afetou os núcleos de povoamento do Recôncavo e do sertão.

Provavelmente, a área cultural dos payayá correspondia à região central da Capitania da Bahia, limitada ao norte e a oeste pelo rio São Francisco, ao sul pelo rio de Contas e a leste pelo vale do Paraguaçu, compreendendo o Sertão das Jacobinas, onde viviam em contato com outros grupos indígenas, como os sapóia, os kariri e os maracás.

Composto por serras imensas, planícies férteis, rios e fontes abundantes, largos campos de vegetação rala, o Sertão das Jacobinas colocava-se como um lugar propício para a instalação de fazendas e o estabelecimento de currais. Segundo o jesuíta Antonil, “do sertão de dentro as boiadas vão quase todas para a Bahia, por lhes ficar melhor caminho pelas Jacobinas, por onde passam e descansam” (ANTONIL, 1982, p. 200).

Possivelmente, os primeiros contatos entre os payayá e os agentes coloniais ocorreram entre o final do século XVI e início do século XVII, por meio dessa expansão curraleira e das expedições de João Coelho, Gabriel Soares de Sousa e Belchior Dias Moréia pelo sertão, em busca das nascentes do rio São Francisco e dos metais e pedras preciosas. Este duplo movimento

---

\* Aluno do curso de História do Departamento de Ciências Humanas, Campus IV, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: [solonnatalicio@bol.com.br](mailto:solonnatalicio@bol.com.br). Pesquisa desenvolvida mediante bolsa concedida pelo Programa Institucional de Iniciação Científica da UNEB.

de expansão para o “sertão de dentro”, juntamente com o povoamento e ocupação do Recôncavo pelo cultivo da cana – de - açúcar e do fumo, desde o princípio deve ter confrontado o colonizador com os povos indígenas do sertão, especialmente os payayá. Segundo Carlos Ott, estes tinham o costume de invadir a região do Recôncavo para a pesca da tainha que, depois de salgada e triturada, gerava uma farinha de peixe (também chamada de farinha de guerra), que misturada com a farinha de mandioca, tornava-se essencial para a sua subsistência no sertão, principalmente durante os períodos de secas prolongadas e de guerras, posto que esta farinha durava meses (OTT, 1993, p. 35).

Diante de sua imensidão de terras, o sertão da Bahia passou a ser alvo da cobiça de grandes sesmeiros. Uma das famílias mais famosas, a da Casa da Torre, conforme Antonil, possuía duzentas e sessenta léguas pela margem esquerda do rio São Francisco e oitenta léguas pela margem direita do mesmo rio (ANTONIL, 1982, p. 200). Já a partir de 1620, Francisco Dias D’Ávila, neto do primeiro Garcia D’Ávila,

tratou de desvendar o segredo das minas de Belchior Dias Moréia, promoveu o povoamento dos altiplanos de Jacobina, levou o gado do Itapicuru para o médio São Francisco. Fez do boi o seu soldado. O rebanho arrastava o homem; atrás deste, a civilização. A terra ficava à mercê da colonização: ele a inundou de gados, em marcha incessante para o interior. Aqueles animais levavam nas aspas as fronteiras da capitania. Dilatavam-na (CALMON, 1983, p. 41).

Concomitante à incorporação de novas sesmarias, os índios acabaram sendo expulsos de suas terras. O segundo Garcia D’Ávila e o seu tio, o padre secular Antonio Pereira, conseguiram cinquenta léguas de novas sesmarias entre os anos de 1658 e 1659, enquanto os payayá, “rechaçados do morro do Chapéu para a margem direita do grande rio, cediam o lugar aos conquistadores” (CALMON, 1983, p. 72).

Além dos Senhores da Torre, foram grandes proprietários das terras do sertão da Bahia o mestre de campo Antonio Guedes de Brito (Casa da Ponte), que possuía cento e sessenta léguas contadas desde o Morro do Chapéu até o rio das Velhas, e João Peixoto Viegas, que havia incorporado as terras do Itaporocas e Jacuipe no Alto Vale do Paraguaçu (ANTONIL, 1982, p. 200; ABREU, 1963, p. 126).

Por não quererem abandonar o seu espaço de subsistência para expansão do gado, e por desfrutarem deste, devido a sua facilidade de captura, os povos indígenas foram tidos pelos colonos e sesmeiros como um estorvo à economia pecuária. Formou-se então um quadro específico de conflito, gerador da tensa fronteira entre um projeto colonial extensivo e os índios considerados “tapuias”, que se levantaram contra uma ocupação invasora que comprometia a sua sobrevivência.

Além do mais, de acordo com alguns registros, costumava o gentio bravo do sertão da Bahia dar repentinos assaltos sobre algumas povoações remotas da cidade, com estrago das vidas e lavouras daqueles moradores, sendo mais contínuos e causando maior dano na vila do Cairu, pela muita gente que a habitava (ROCHA PITA, 1965, p. 289). Como nos mostra um trecho desta carta régia de 1665:

“Havendo mandado ver o que me escreveu Antônio de Couros Carneiro em carta....., sôbre os danos que os tapuias e gentio bárbaro do Brasil tinham feito nas vilas do Cairu, Goipeba, Camamú, Jaguaripe e outras partes, contra aqueles meus vassalos, entrando em suas terras e casas com assaltos repentinos....” Carta Régia, 13/8/1665 – DH 66:353

Estes ataques constantes dos tapuias do sertão aos povoados e fazendas do Recôncavo resultaram em uma série de expedições punitivas, estimuladas pelas autoridades e colonos, que

entre os anos de 1651 a 1673 envolveram soldados, missionários, moradores e diversos grupos indígenas, entre eles os payayá, os quais tiveram um papel ambíguo nestes conflitos. Ora se aliando aos agentes coloniais, ora sendo alvo dos ataques destes.

Em 1651, o governador-geral João Rodrigues de Vasconcellos, o conde de Castelo Melhor, nomeou Gaspar Rodrigues Adorno como capitão-mor da jornada que iria ao sertão bater os bárbaros. Nesta jornada, entre 1651 a 1654, Gaspar Adorno percorreu o Paraguaçu e seus afluentes, onde enfrentou os maracás que depredavam os estabelecimentos coloniais. Também encontrou os payayá, que ‘o receberam a som de guerra’, fazendo o capitão recolher-se à cidade do Salvador sem ter podido destruí-los (BARROS, 1919, p. 180).

Ao final de dois anos depois desta jornada, organizou-se outra expedição em que seguiu Tomé Dias Lassos, o capitão-mor substituto,

“que voltou da jornada sem obrar mais que renovar pazes com as mesmas aldeias e faze-las de novo com outras mais, de que trouxe consigo uma rapariga que lhe derão por filha de um Principal em reféns da ditas pazes” (BARROS, 1919, p. 180).

Segundo Puntoni (2002, p. 96), apesar do fracasso das tentativas do capitão Adorno e da expedição de Tomé Dias Lassos, estas devem ser compreendidas como parte de um esforço do governo-geral de formalizar os mecanismos de repressão e controle das nações consideradas tapuias, que atrapalhavam o desenvolvimento da economia colonial.

Em 1657, quando Francisco Barreto foi nomeado governador-geral, ele logo teve de enfrentar o problema dos ataques dos tapuias ao Recôncavo. Tribos habitantes da serra do Orobó foram então identificadas como as agressoras (PUNTONI, 2002, p. 98). Por conta disso, Barreto tratou que se fizessem entradas junto a esta serra e que se levantassem casas-fortes para facilitar a guerra contra os gentios, cujas aldeias ficavam por aquelas partes (BARROS, 1919, p. 180), além da proposta de se estabelecer uma “barreira” de aldeias amigas.

Com este intuito, Francisco Barreto ordenou, por um regimento de 21 de dezembro de 1657, que o ajudante Luis Álvares fosse com 25 soldados até a Jacobina deslocar as quinze aldeias dos payayá para a serra do Orobó, onde ficariam mais bem acomodados e impediriam os seus contrários de descerem para o Recôncavo, firmando-se como uma muralha contra os tapuias do sertão (PUNTONI, 2002, p. 99-100). Entretanto, desta empreitada novamente não houve sucesso.

Nos anos de 1657 e 1658, para garantir a permanência das tropas no sertão e o projeto de erguer uma “muralha de aldeias” na serra do Orobó, Barreto buscou os reforços do capitão Bartolomeu Aires e em seguida o dos sertanistas paulistas comandados por Domingos Barbosa Calheiros (PUNTONI, 2002, p. 100-3).

Conforme um assento de 4 de março de 1669, ordenado pelo Governador Alexandre Souza Freire (1667-1671), revelou-se que o capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros fora incumbido da missão de utilizar os payayá, que haviam feito as pazes com Gaspar Adorno e Tomé Lassos, para se dirigir às serras das Jacobinas e destruir as aldeias que faziam danos aos colonos e vilas do Recôncavo (PUNTONI, 2002, p. 103-5). O resultado é que

“esta jornada não logrou efeito, porque mal guiados e enganados, principalmente por um crioulo do padre Antonio Pereyra, de quem se fiaram, foram levados ‘por serras inúteis e montanhas ásperas sem mais nunca poderem chegar às aldeias que buscavam usando da indústria de aconselharem aos nossos que não atirassem para matar, nem cortassem paus para tirar mel, por não serem sentidos pelos Tapuyos que nos faziam o mal...’ Os payayases mataram os guardas das munições da Aldeia de Tapurissê e comeram, forçando os expedicionários a retrocederem com

novos companheiros da bandeira que eram de 200 homens” (*apud* SILVA, 1925, p.30-3).

De fato, se aproveitando de seus conhecimentos sobre o Sertão das Jacobinas, os payayá estavam há anos enganando os “civilizados” portugueses e prepararam uma armadilha para a entrada de Calheiros e os paulistas, como haviam feito para a do ajudante Luís Álvares (PUNTONI, 2002, p. 104-5).

Constatado o embuste dos payayá, é importante dizer que para garantir a segurança dos empreendimentos do projeto colonizador, a Coroa e os governadores recrudesceram seus atos e passaram a adotar as políticas de “limpeza dos campos” (extermínio total) e de aldeamentos, confinando os povos indígenas a espaços reduzidos e definidos, resultando disso, a liberação das terras do sertão das Jacobinas e o acesso à mão-de-obra compulsória (escravização) e ao auxílio militar dos índios (PARAISO, 1993, 179-208). Assim, muitos grupos payayá acabaram sendo conduzidos, em meados do século XVII, para aldeamentos em Cachoeira, no Paraguaçu - Pedra Branca e Caranguejo - e em Jaguaripe, para servirem de “muralhas do sertão” contra outras etnias indígenas (DANTAS, 1992, p. 432 e PARAISO, 1985, p. 14).

Concomitante a este período em que a guerra aos tapuias era levada a cabo pelas disposições governamentais, os missionários da Companhia de Jesus, sintonizados com a expansão do projeto colonial, empreenderam o seu movimento para o sertão da Bahia. Por volta de 1656, foi organizada uma entrada, liderada pelo padre jesuíta Rafael Cardoso, que passou pelas serras das Jacobinas e visitou os kariri-sapoia e os payayá (LEITE, 2000, p. 270). Além dessa, houve as expedições de 1666, chefiadas pelo padre Jacob Roland e pelo teólogo João de Barros, que fundaram a Missão das Jacobinas (São Francisco Xavier) na aldeia dos kariri-sapoia, e a de Antônio Oliveira, que reduziu os payayá à custa de constantes assédios dos sesmeiros João Peixoto Viegas e Antônio Guedes de Brito (LEITE, 2000, p. 205-6).

Contudo, durante os governos de Alexandre Souza Freire e de Afonso Furtado de Castro (1671-1675), as aldeias dos payayá foram transferidas para as terras de João Peixoto Viegas, em Itapororocas, e postas a serviço deste (PUNTONI, 2002, p. 110-1).

Depois de um período de relativa tranquilidade, os tapuias voltaram a assaltar a Vila de Cairu e atacaram os currais de João Peixoto Viegas. Os tapuias que promoveram essas descidas no Recôncavo e no Itapororocas foram identificados como os índios topins, cujas aldeias se localizavam nos campos dos Aporá, na margem sul do Paraguaçu (PUNTONI, 2002, p. 107-110). Com isso, Souza Freire resolveu preparar outra expedição de paulistas, para a qual se ofereceram os sertanistas Estêvão Ribeiro Baião Parente e Brás Rodrigues Arzão (PUNTONI, 2002, p. 107-9).

Durante o governo de Afonso Furtado de Castro, visando aumentar as tropas para a expedição, foram emitidas ordens de recrutamento para os payayá das aldeias de Itapororocas, em terras de João Peixoto Viegas, sob ameaças de, em caso de não cumprimento, serem perseguidos pelos paulistas (PUNTONI, 2002, p. 110-111).

Em 1671, diante dessa circunstância, os payayá se uniram às tropas e partiram para o Aporá. Consta que esta expedição, após dois anos, obteve sucesso ao “negociar” a rendição de três aldeias topins, para logo em seguida partilhar os prisioneiros entre os paulistas (PUNTONI, 2002, p. 111-113).

A “Guerra dos Bárbaros” no Recôncavo, muito mais do que um extermínio indígena para a expansão do projeto colonial pelo sertão, foi um complexo quadro de relações culturais e de poder entre os agentes coloniais e os índios chamados “tapuias”. O papel histórico dos payayá nestes conflitos, longe de ser o de vítimas mudas e passivas, foi o de sujeitos que diante de certas circunstâncias combateram, enganaram e se aliaram aos colonos luso-brasileiros, atendendo aos seus interesses e possibilidades de sobrevivência étnica.

## REFERÊNCIA

- ABREU, João Capistrano de. *Capítulo de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5° ed. - Brasília: Universidade de Brasília, 1963.
- ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). *Cultura e Opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.
- BARROS, Francisco Borges de. A Dupla Missão. In: *Anais do Arquivo Público e Museu do Estado da Bahia*. Salvador; Imprensa Oficial do Estado, 1919.
- CALMON (Moniz de Bittencourt), Pedro. *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. 3° ed. – Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.
- DANTAS, B. et alli. Os Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: Um Esboço Histórico. In CUNHA, Manuela (org). *História do Índio no Brasil*. 2° ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo V. Edição Fac-símile Comemorativa. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- OTT, Carlos. As culturas pré-históricas da Bahia: a cultura material. Salvador: Bigraf, 1993. v.1.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão-de-obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. *Revista História*. São Paulo, n.129-131, p. 179-208, ago-dez./93 a ago-dez./94.
- \_\_\_\_\_. Os Kiriri Sapuyá de Pedra Branca. In: *Revista do Centro de Estudos Bahianos*. Salvador: UFBA, 1985.
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão. Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec-EDUSP; FAPESP, 2002.
- ROCHA PITA, Sebastião da. *História da América Portuguesa*. São Paulo: Editora Brasileira, 1965.
- SILVA, Cel. Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial, 1925. v. II